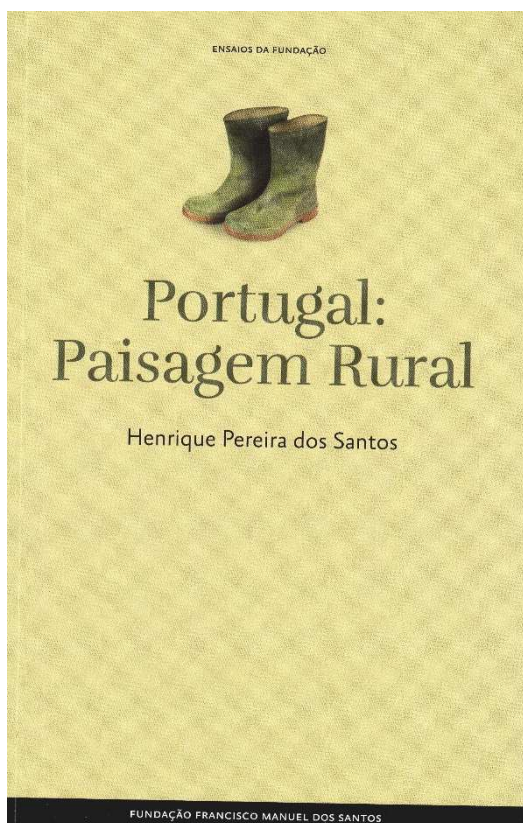


Resenha:

SANTOS, Henrique Pereira dos. **Portugal: paisagem rural**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

O mundo rural português: uma leitura da transformação da paisagem

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA*



A presente obra é oriunda da tese de doutoramento do autor intitulada “Evolução da paisagem rural do continente português no século XX”, defendida junto à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, na área de Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana em 2015, estabelecendo, portanto, um fecundo diálogo entre as dinâmicas rurais e sua intrínseca relação com a biodiversidade.

Henrique Pereira dos Santos atua em áreas protegidas de conservação da natureza. É autor de outras obras que dialogam com a perspectiva da transformação das paisagens, sobretudo, nas áreas rurais e sua relação com as dinâmicas que transformam as mesmas sob diferentes prismas (SANTOS, 2010 e 2011).

A análise apresentada no decorrer do ensaio de 2017 está estruturada em seis partes, seguida de leitura complementar, epílogo, uma nota sobre lobos e paisagens, para saber mais (referências) e glossário.

Desde a introdução nota-se a preocupação do autor ao analisar as paisagens rurais portuguesas na transição dos séculos XIX e XX, enfatizando a transformação de uma economia orgânica fechada para economia aberta característica de uma agricultura em escala comercial. Por isso, ressalta que a paisagem, “é sempre profundamente marcada pela capacidade de produzir vida; mais tecnicamente, pela sua produtividade primária” (p. 09).

Tais mudanças no manejo do solo e, conseqüentemente em outras dinâmicas locais, permitem inferir que a evolução das paisagens portuguesas deve ser

compreendida a partir das relações com os alimentos, ou seja, naquilo que comemos diariamente. Nesse sentido, o autor reafirma que a regionalização das paisagens está nitidamente atrelada aos diferentes solos, ou seja, na região do Douro vinhateiro constata-se uma produção para exportação de laranja, azeite, amêndoas, trigo e hortelãos. Assim como nos solos férteis do Ribatejo, Estremadura e Alentejo onde a agricultura comercial foi sendo estabelecida. E, também no Noroeste do país entre o Minho e o Mondego com o milho, trigo, centeio e pastorícia.

Enquanto em outras regiões no centro de Portugal os solos pobres dos xistos e as paisagens calcárias do litoral remetem na acepção do autor ao fato que essas paisagens foram sendo alteradas até o limite, ou seja, os recursos foram sendo exauridos ao limite para alimentar o máximo de pessoas, “[...] construindo as paisagens que hoje conhecemos, partindo da fome de quem delas vive” (p. 10).

Essas análises estão relacionadas ao aumento populacional, bem como à entrada de capital, mecanização progressiva e substituição da matriz energética. Por isso, reafirma que:

O que distingue uma paisagem gerida a partir de uma economia de base orgânica, como a que era dominante no Portugal de princípios do século XX, de uma paisagem que assenta numa economia aberta, como a actual, é a estrita dependência que a primeira tem do território próximo. Nas economias de base orgânica, quando a população cresce mais depressa que a produção, a fome e a emigração são as principais consequências. (p. 11).

Nesse contexto, salienta-se que Portugal era um país predominantemente rural e agropastoril no final do século XIX,

cujas paisagens revelavam tal cenário a partir do recuo das matas e o desafio das classes mais baixas que gastavam até 70% dos seus rendimentos em alimentação, sendo 25 a 30% gastos em pão. A progressiva entrada de cereais oriundos das Américas abastecia a Europa colocando em cheque a cerealicultura nacional, resultando entre outras medidas na “Lei de Fome” de 1899.

Ainda sobre as consequências o autor enfatiza o desaparecimento das charnecas, ou seja, da formação vegetal com predominância de matos contínuos baixos, sem árvores, nem prados, localizados majoritariamente em terrenos mais pobres, como as areias do Centro e Sul do país.

A leitura sobre a “revolução do milho” cunhada pelo geógrafo português Orlando Ribeiro, também é uma marca do aumento do povoamento e condicionado a evolução da paisagem. Trata-se, portanto, de uma cultura com alterações profundadas no campo, sobretudo, no Noroeste de Portugal com a introdução do milho americano, ou na acepção do autor do conjunto milho/feijão/abóbora que em função da intensa produção permitiram alimentar um número maior de pessoas; justificando, portanto, a ideia de possível uma revolução induzida pela chegada do milho.

No capítulo 2 – “As forças motrizes”, retoma-se a leitura de uma economia fechada e de subsistência como estratégia de alimentar o maior número de pessoas. Por isso, enfatiza:

O regime alimentar prevalecente em Portugal em toda a primeira metade do século XX é essencialmente o que Rui de Andrade descreve em 1956: “A carne é um artigo que se pode considerar de luxo, e o que nos vale

é termos peixe barato e o grosso da população ser quase vegetariana, visto que se alimenta de legumes, hortaliças, trigo, milho e batatas" (p. 27).

Há uma nítida correlação entre o consumo alimentar partir de um recorte de classe. O simbolismo da carne é um exemplo singular a partir da variação regional. Por isso, o autor indica o porco como uma reserva de carne anual da família, conservando-o de várias maneiras: em sal, pelo fumo, pré-cozida e coberta de gordura, etc.

No decorrer da segunda metade do século XX o autor apresenta as principais alterações alimentares com a queda abrupta do consumo de leguminosas secas, substituídas por carne, leite, ovos e frutas que outrora tinham um papel secundário ou marginal na alimentação dos mais pobres.

Tal exemplo remete, portanto, a "progressiva alteração dos hábitos alimentares, que fará concentrar na região de Lisboa a grande maioria das vacas para produção de leite" (p. 33). Atrelado a isso indica a criação de cozinhas locais e regionais, as quais compreendem a paisagem a partir da alimentação tradicional. Nesse sentido, reafirma que a transformação das economias agrárias de subsistência em economias abertas atrela-se aos mecanismos da Revolução Verde, sobremaneira, com a utilização massiva de fertilizantes e tecnologia agrícola que alteram parte da dieta alimentar das populações.

Por conseguinte, aponta que "além da fome, da água, da fertilidade, a última das principais forças motrizes da gestão da paisagem é a procura da maximização do trabalho que é possível produzir para se obterem os alimentos

que mantêm vivas as pessoas e as comunidades" (p. 42).

A partir desse panorama, o Capítulo 3 – "Viver habitualmente" aponta para as consequências materializadas nos anos 30 do século XX, ou seja, como as paisagens rurais portuguesas estavam em franca alteração a partir de uma política cerealífera para proteger a produção nacional. E, nesse devir a formulação da "campanha do trigo" formulada durante a Ditadura Nacional e utilizada também pelo Estado Novo pretendia alargar as áreas de cultivo; respaldada, sobretudo, em "componentes de difusão técnica e extensão rural (de que o exemplo mais conhecido é o comboio do trigo) e de acesso ao crédito para investimentos agrícolas" (p. 97).

Esse comboio do trigo percorreu grande parte do Ribatejo e Alentejo, fazendo demonstrações de melhoria da produtividade e atrelando ainda, ao crédito com a garantia de preços artificialmente altos para incentivar o aumento da produção. Segundo os dados arrolados pelo autor entre 1914 e 1935 a produção de cereais fez com que a intensificação do uso da terra fosse nítida; trigo e milho à custa da diminuição da área de centeio. Nota-se ainda a redução das boiadas frente à mecanização progressiva no campo, influenciando ainda nas produções complementares em diferentes regiões.

No Capítulo 4 – "A paisagem dos limites da economia orgânica", nota-se que a pressão sobre o território ocorre justamente com a expansão agrícola em todo o país, como diferentes alterações na paisagem em função dos modelos de produção.

Como exemplo o autor indica que no Norte do país a produção de porcos cresce em paralelo com as produções

agrícolas, bem como o crescimento populacional. Enquanto no Sul há uma “tendência mista de produção de porcos que tem de competir pelo espaço produtivo da agricultura” (p. 59). Evidencia-se também que a diminuição de animais também se atrela aos solos mais pobres.

Nesse sentido, o Capítulo 5 – “A idade de ouro”, apresenta-se alguns dados da segunda metade do século XX ressaltando algumas implicações com o fim da Segunda Guerra Mundial e a brusca migração que assolava Portugal. O papel das tecnologias no campo e o choque petrolífero de 1973 também são brevemente apresentados com a influência de ideologias produtivistas. Nesse contexto, o autor retoma dados preliminares da população de 1890 cuja maioria era constituída de agricultores e pastores e uma minoria empregava-se nos setores secundário e terciário.

No ano de 1973 constata-se que o produto interno bruto concentrava-se na indústria, como aproximadamente 50% da riqueza nacional, 11,3% para a agricultura contra 30% em 1950. Trata-se de uma transformação a partir da dependência do mundo industrial e urbano que altera a paisagem rural, a produção e parte dos recursos e hábitos alimentares.

Por fim, o Capítulo 6 – “Conclusão e desforra do Professor sobre o Presidente do Conselho (o fim da energia barata como base para recomposição da paisagem)”, remete ao panorama vivenciado por Portugal na segunda parte do século XX em consonância com projeções da perda populacional, de um mundo rural – para um país urbano-industrial. Com relação aos dados o autor indica que a população ativa no campo continua a diminuir: “Em 1950 era 51%, em 1960 era 47%, em 1970, 36%, em 1981, 28%,”

de tal forma que no fim do século XX já rondava os 12%” (p. 77). Nesse contexto, o autor enfatiza contraditoriamente que a perda da área ocupada pela produção e da população rural, não corresponde à perda de produção agrícola, pois, há um ganho modesto na agricultura no decorrer do último quartel do século XX.

Dentre os dados e projeções para o início do século XXI, nota-se que a produção direcionada para a indústria é crescente e alterou também o consumo alimentar. Assim, Portugal passa por transformações paisagísticas e trabalhistas, onde 60% dos empregos estavam ligados a terra em 1900, para 50% em 1950 e no final do século XX atinge no máximo 13%.

Em relação aos elementos finais do ensaio destaca-se a própria memória da sina migratória vivenciada por sua família, ou seja, é uma metáfora sobre o Portugal rural do século XX como afirma o autor. Assim, como a exímia nota relacionando - lobos e paisagens que remete à distribuição dos lobos no século XX em Portugal continental, cujos principais apontamentos indicam: escassez de presas selvagens; deterioração do habitat em função do fogo e ocupação antrópica; construção de estradas e barragens e perseguição humana.

Baseado nesses fatores, Santos afirma que a redução de alimentos para os lobos conduziu à extinção regional dos mesmos na segunda metade do século XX. Trata-se de uma diminuição progressiva no Sul de Portugal, enquanto nas Serras do Norte do país e na Espanha há um crescimento dessa população de lobos em função do gado doméstico, sobretudo, de cabras e também a partir do abandono rural que culminou na “recuperação sensível dos sistemas naturais, provocando a

alteração do padrão de fogo, o regresso rápido do javali e a recuperação mais lenta dos restantes ungulados, nomeadamente, do corço” (p. 91).

A partir dessa visão abrangente da paisagem rural portuguesa o autor encerra o ensaio, evidenciando as incertezas vindouras para as áreas rurais e também para os lobos como um mosaico indissociável das paisagens rurais.

Referências

SANTOS, Henrique Pereira dos. **Do tempo e da paisagem:** manual para leitura de paisagens. Lisboa: Principia, 2010.

_____. **O Gosto de Sicó.** Lisboa: Sopa de Letras, 2011.

_____. **Portugal:** paisagem rural. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

Recebido em 2019-03-30
Publicado em 2019-07-04



* **GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA** é Doutor em Geografia Humana - USP. Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).